

AMARGO AÇUCAR: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA EM SERGIPE

Francielle do Nascimento Santos - UFS ¹

Hellen Alves Sá - UFS

Área Temática: 7 – Capitalismo, Espaço e Meio Ambiente

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da expansão contemporânea do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe, nos últimos 15 anos. Tal processo vem se caracterizando pela intensificação da produção em áreas já tradicionais desse cultivo, mas também pelo domínio da produção canavieira em municípios que até então mantinham diversificada produção agrícola. Foram pesquisados os dados de produção agrícola bem como indicadores socioeconômicos dos dez municípios sergipanos com maior produção de cana no ano de 2015. Os resultados evidenciam que nestes municípios há uma elevada vulnerabilidade social, tanto em função dos indicadores de pobreza quanto de rendimentos. E em todos os lugares o principal motor dessa expansão no período analisado foi o aumento da área plantada. O estudo utilizou como principais procedimentos metodológicos a estatística descritiva e a revisão bibliográfica. Nesta buscou-se recuperar os atores da produção canavieira, a partir da contribuição do geógrafo Manuel Correia de Andrade, e discutir criticamente a modernização da agricultura e o agronegócio, dialogando com os processos de territorialização do capital e monopolização do território. Também se realizou um breve trabalho de campo, que possibilitou o confronto entre a retórica doce do desenvolvimento por parte dos usineiros e a observação das amargas condições reais de trabalho e de vida dos trabalhadores da cana. Nesse sentido, se considera pertinente questionar o desenvolvimento econômico, quando se considera a perspectiva estruturalista desse fenômeno que o associa ao aumento da produtividade e da renda dos trabalhadores empregados nos setores mais dinâmicos da economia.

Palavras-chave: agronegócio da cana-de-açúcar, desenvolvimento econômico, Sergipe.

Abstract

This paper aims to analyze the dynamics of the contemporary expansion of sugarcane agribusiness in Sergipe in the last 15 years. This process has been characterized by the intensification of production in already traditional areas of this crop, but also by the field of sugar cane production in municipalities

¹ Francielle do Nascimento Santos - Graduanda em Economia - UFS - Bolsista PIBIC/COPES do referido projeto. francyelleufs@outlook.com

Hellen Alves - Graduanda em Economia - UFS - Bolsista PIBIC/COPES do referido projeto. hellenalvesa@gmail.com

that until then had maintained diversified agricultural production. The agricultural production data as well as the socioeconomic indicators of the ten Sergipe municipalities with the greatest sugarcane production in the year 2015 were investigated. The results show that in these municipalities there is a high social vulnerability, both in terms of poverty and income indicators. And everywhere the main driver of this expansion in the analyzed period was the increase of the planted area. The study used as main methodological procedures the descriptive statistics and the bibliographic review. The aim was to recover the actors of sugar cane production, based on the contribution of the geographer Manuel Correia de Andrade, and to critically discuss the modernization of agriculture and agribusiness, dialoguing with the processes of territorialization of capital and monopolization of the territory. A brief fieldwork was also carried out, which allowed the confrontation between the sweet rhetoric of development by the mill owners and the observation of the bitter real working conditions and life of the cane workers. In this sense, it is considered pertinent to question economic development, when one considers the structuralist perspective of this phenomenon that associates it with the increase of productivity and income of workers employed in the most dynamic sectors of the economy.

Keywords: agribusiness of sugarcane, economic development, Sergipe

1. Introdução

Na análise da formação econômica do Brasil, Furtado (1989) afirma que o êxito da produção canavieira no início do período colonial ocorreu em função de três fatores: experiência portuguesa com esse cultivo em outros lugares, disponibilidade de terras apropriadas para esta produção e disponibilidade de mão de obra barata. Sergipe foi um dos lugares em que a produção canavieira se desenvolveu desde aquela época em que o país se constituiu “a primeira grande empresa colonial agrícola europeia” (FURTADO, 1989, pg 9). E, apesar do intenso processo de modernização da agricultura que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, ao se analisar a expansão da cana de açúcar no estado, neste início de século XXI, se constata que permanecem como fundamentais nesse processo a disponibilidade de terra e de força de trabalho.

Aliás essa é uma das muitas contradições do agronegócio, uma vez que nas principais culturas do país, soja e cana, o aumento da produção decorre mais da expansão da área que da produtividade. Conforme a análise de Santos (2015), a partir dos dados do IBGE, entre 1990 e 2013 houve um crescimento da área plantada com cana no país de 138% (uma média de 5,7% ao ano), enquanto o crescimento da produtividade nesse mesmo período foi de apenas 22,5% (média de 0,8% a.a.). De modo que, conforme o autor, nesse segmento do agronegócio, "os produtores priorizam mais a terra do que a tecnologia" (SANTOS, 2015:51).

Essa situação que se repete em Sergipe, pois o processo de expansão da cana nas últimas

décadas também apresentou maior expansão da área plantada do que da produtividade. Dados da Companhia Nacional de abastecimento - CONAB, de 2015, apontam que nos últimos 15 anos a área plantada em Sergipe dobrou, passando de aproximadamente 20 mil hectares nos anos 2000 para quase 50 mil hectares em 2015. Enquanto a produtividade se mantém abaixo da média do Nordeste e muito abaixo da média nacional. Na safra 2015/2016 a área plantada com cana no território sergipano cresceu 11% em relação à safra 2014/2015. Enquanto a produtividade cresceu somente 2% (SÁ, 2017, pg. 14).

Este estudo resulta de um projeto de iniciação científica intitulado “Dinâmica contemporânea do agronegócio canavieiro em Sergipe”, realizado no ano de 2017. Buscou-se não somente descrever a forma como vem ocorrendo esse processo de crescimento da produção, mas também analisar os indicadores socioeconômicos dos principais municípios produtores questionando a existência de um processo de desenvolvimento econômico, considerando a abordagem estruturalista deste fenômeno. Esta abordagem foi escolhida porque a retórica tanto do governo, para subsidiar a instalação de usinas no início deste século, quanto dos usineiros é de que a expansão da cana resultaria em maior desenvolvimento, entendido sobretudo como aumento da renda, do emprego e da qualidade de vida da população.

A principal referência teórica utilizada para este debate foi Celso Furtado que caracteriza o desenvolvimento econômico como um grande acontecimento histórico, produzido pela sociedade capitalista. E o principal indicador desse processo de desenvolvimento, segundo o autor é o aumento do fluxo de renda por unidade de força de trabalho utilizada. De modo que, mais do que expansão do excedente, o processo de desenvolvimento deve se traduzir em expansão e diversificação da demanda interna, incorporando parcelas crescentes da população, gerando um aumento sustentado da renda, transformação das instituições e da estrutura econômica. Nesse sentido, “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a” (FURTADO, 2000, pg. 102).

Como a proposta do projeto também era análise do desenvolvimento das relações capitalistas no campo sergipano e os rebatimentos socioespaciais dessa expansão a partir do estudo dos municípios canavieiros, se buscou-se na revisão de literatura entender o processo de modernização da agricultura, a partir de autores como Graziano (1982) e Muller (1989), bem como o papel dos diferentes atores que participam do processo produtivo canavieiro e suas respectivas escalas de atuação. Esta análise teve como base um estudo do geógrafo Manuel Correia de Andrade (1994), que

caracterizou a participação dos usineiros, dos fornecedores, dos trabalhadores e do Estado nesse processo produtivo.

Ao analisar o desenvolvimento da produção de cana no início dos anos de 1990 o autor se pergunta "o que é moderno e o que é arcaico?", uma vez que no setor sucroalcooleiro não há esse antagonismo, pois, as modernas tecnologias são adotadas em meio a relações arcaicas como "o trabalho sob coação - versão moderna da escravidão" (ANDRADE, 1994:10). Em Sergipe essa pergunta continua atual uma vez que nas modernas usinas, inauguradas em meados dos anos 2000, já foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Por fim, ainda no âmbito teórico, debateu-se o avanço do agronegócio em uma perspectiva crítica, a partir de Campos (2011) e Delgado (2012) para subsidiar a análise do agronegócio canavieiro, dialogando com os conceitos de territorialização do capital e de monopolização do território propostos por Oliveira (2004).

Os procedimentos metodológicos utilizados foram o estudo bibliográfico em torno dos três temas supracitados e a estatística descritiva com o levantamento e análise de dados da expansão da cana em Sergipe, e particularmente nos dez municípios com maior produção canavieira em 2015, enfatizando as transformações na produção e produtividade agrícolas e mudanças na distribuição demográfica urbana e rural destes municípios. Também se realizou um trabalho de campo, em julho de 1917, que consistiu na visita a Usina Taquari, no município de Capela, em uma área de plantio da usina e em conversas com trabalhadores que são periodicamente contratados e dispensados pela usina e vivem em povoados deste mesmo município.

1. Breves apontamentos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro Muller (1989,p.172) afirma que a burguesia agrária que se consolida no período da modernização, entre 1960 e 1980, "(...) encurralou a velha oligarquia agrária latifundiária e, mais do que nunca, os milhões de mini fundiários da agricultura atrasada. Encurralou, bloqueando seu acesso ao clube dos que se modernizaram, e aprofundando a pobreza e a exclusão social e política". Assim, para o autor o processo de industrialização da agricultura passa a ser uma tendência dominante, todavia uma grande parcela da agricultura não é integrada a esse dinamismo, de modo que o resultado foi a produção de novas desigualdades nos aspectos técnicos, econômicos, organizacionais e regionais. Tanto que este autor é

categórico ao afirmar que o desenvolvimento é uma tragédia.

Segundo Graziano (1982) a modernização da agricultura brasileira foi basicamente sustentada por subsídios estatais e esse processo apresentou avanços e recuos no seu desenvolvimento, resultando em consequências socioeconômicas dolorosas. Uma dessas consequências foi um movimento chamado de ‘engolimento’ (1967-72), nesse processo as maiores propriedades se apossam das menores pequenas propriedades, acentuando assim a desigualdade existente por meio da concentração fundiária. Outro fator é que muitos residentes rurais não possuem terras, e muito dos residentes que retiram seu sustento da atividade agrícola também não possuem terras, então eles arrendam a terra, logo, o grau de concentração é cada vez maior.

Portanto, para o autor (1982), as características desse processo de modernização da agricultura resultam em:

[...] na manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando o capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma “modernização conservadora” que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (média e grande propriedade). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado (GRAZIANO, 1982, p. 40)

O autor afirma que a estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira é a da modernização conservadora, uma vez que, como afirma Graziano (idem, pg. 48) “o proprietário fundiário permaneceu sendo sempre o dirigente do processo produtivo” nesse setor.

Ambos os autores destacam que processo de modernização implicou na constituição de uma indústria para a agricultura e na agroindustrialização. Um dos rebatimentos desse processo na produção canavieira foi a substituição dos vários engenhos por poucas usinas com grande capacidade de processamento (Andrade, 1994).

Bem como o agronegócio, também foi debatido em uma perspectiva crítica de análise, enfatizando as contradições geradas pelos mesmos, considerando-os como diferentes momentos da expansão capitalista no espaço agrário.

Com relação ao agronegócio Campos (2011) e Delgado (2012) chamam atenção para o fato de que no Brasil esse termo não pode ser entendido simplesmente como um encadeamento sistêmico de negócios agropecuários e agroindustriais. Para Campos (2011, pg. 109), o agronegócio no país se define como uma

“[...] complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais”.

Nessa mesma perspectiva de análise crítica, Delgado (2010) caracteriza o agronegócio no Brasil como

“[...]uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p 94)

Para este autor (idem, 109), vigora no país neste século XXI um "novo pacto da economia política do agronegócio", costurado pela "articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais perseguindo lucro e renda da terra". Os efeitos deste pacto já estariam sendo sentidos por exemplo na elevação do preço da terra, na frouxidão da política fundiária, no aprofundamento da inserção externa das cadeias agroindustriais, entre outros (SÁ et al 2009, pg. 7).

Campos (2011) a expansão territorial do agronegócio no Brasil não pode ser dissociada das reformas neoliberais, implementadas nos país a partir da década de 1990. A hegemonia neoliberal modifica não apenas a situação macroeconômica e o papel do Estado, mas também reconfigura as relações de poder nas cadeias de produção, implicando em maior poder dos grupos multinacionais em todos os elos da cadeia, desencadeando a intensificação dos processos de concentração e centralização de capital nos setores produtivos.

Considerando a dimensão territorial do desenvolvimento do capitalismo no campo Oliveira (2004) aponta dois fenômenos que marcam esse desenvolvimento: a territorialização do capital e a monopolização do território. O primeiro ocorre quando os camponeses são varridos do campo para a cidade, quer para trabalhar para a indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo. Consequentemente, o capital/proprietário de terra embolsa, juntamente, o lucro da atividade industrial e agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. Além disso, a monocultura se implanta e define o campo, transformando a terra em um “mar” de cana, soja e etc (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

O segundo mecanismo, que o autor define como a monopolização do território, acontece quando o capital cria, recria e redefine relações camponesas de produção, possibilitando que a economia camponesa se desenvolva. O campo continua povoado e pode até se expandir. Logo, o desenvolvimento camponês pode viabilizar a distribuição de renda na área rural e nas cidades. Além disso, o capital cria condições para que os camponeses tornem-se fornecedores de matéria-prima para as indústrias, ou mesmo proporcionar o consumo dos bens industrializados no campo. Nesse caso, o capital sujeita a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica (*idem, ibidem*).

Na visão do autor, tanto um quanto o outro mecanismo são marcados pelo conflito, no primeiro caso de forma mais explícita, por envolver expropriação da terra. Mas, a relação de subordinação e de constante disputa pela apropriação da renda também marca o segundo mecanismo.

Corroborando com essa perspectiva de análise Campos (2011) analisa o avanço do capital no campo no contexto neoliberal, a partir da década de 1990, destacando que a territorialização do agronegócio é sempre acompanhada de muitos conflitos uma vez que produz impactos no meio ambiente, na economia, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, no jogo de interesses políticos, enfim nas relações sociais com e no espaço. Para a autora se constitui nesse contexto uma tríplice aliança entre o agronegócio-latifúndio-Estado que viabiliza a expansão da acumulação de capital no campo e contribui para perpetuar a pobreza no país.

Para aprofundar a análise do agronegócio da cana em Sergipe analisamos dez municípios sergipanos que podem ser classificados como territórios do agronegócio²: Japarutuba, Laranjeiras, Capela, Neópolis, Rosário do Catete, Nossa Senhora do Socorro, Japoatã, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro das Brotas. Conforme Campos (2011) podem ser considerados territórios do agronegócio os municípios em que os segmentos do agronegócio comandam a economia local, condicionando o uso do espaço.

A escolha especificamente desses municípios foi a partir dos dados de Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo site do IBGE. Foi feito um ranking de municípios com maior produção de cana-de-açúcar em Sergipe, no ano de 2015. A partir desse ranking, destacamos os dez municípios que se mostraram como maiores produtores de cana no estado, naquele ano. E então, aprofundamos a análise nesses municípios.

²Conforme Campos (2011) podem ser considerados territórios do agronegócio os municípios em que os segmentos do agronegócio comandam a economia local, condicionando o uso do espaço.

A expansão da cana de açúcar ocorrida no Brasil em geral, e em Sergipe em particular, pode ser compreendida ao analisar os atores que participam deste processo, como se busca fazer no próximo item.

2. Dinâmica contemporânea da cana em Sergipe no século XXI

A expansão da cana de açúcar ocorrida no Brasil em geral, e em Sergipe em particular, pode ser compreendida ao analisar os atores que participam deste processo. Andrade (1994) classifica estes atores em quatro grupos: os usineiros; os fornecedores; o Estado que subsidia a agroindústria e os trabalhadores rurais.

Conforme Andrade (1994) o primeiro grupo, os usineiros, representam a classe social dominante, são os detentores da terra e do moderno setor industrial para a produção do açúcar e do álcool. Com o passar dos anos os usineiros foram transformando as usinas em grandes grupos econômicos, sejam familiares, seja de sociedades anônimas. Em Sergipe um exemplo de grupo usineiro que passou por um grande processo de concentração de terra e capital é o grupo Franco e CIA que surge em 1973, e se expande anexando pequenas empresas. O grupo inicialmente liderado por Augusto Franco e atualmente sob o comando de Osvaldo Leite Franco, foi responsável por 32% da cana de açúcar produzida no estado no ano de 2015.

O segundo grupo são os fornecedores de cana. Historicamente este grupo é formado por antigos senhores de engenhos e pelos lavradores que eram proprietários de terra ou arrendatários. Com a industrialização do sistema canavieiro se mantém essa figura do fornecedor, alguns são grandes produtores, mas grande parte são pequenos proprietários ou arrendatários de terras, que plantam cana e entregam a produção para as usinas. Segundo SHIMADA (2010) em Sergipe os grandes empresários oriundos das oligarquias sergipanas que não são donos de usinas, são donos de grandes propriedades de terras e fazem o papel de fornecedores desta. Em pesquisa de campo em julho 2017, a Usina Taquari informa que possui em torno de 400 fornecedores e que a maioria são de pequeno e médio porte, diferentemente da Pinheiro que segundo os representantes da Taquari possuem 6 grandes fornecedores que abastecem a usina. Entretanto, as próprias usinas também possuem grandes lavouras em terras próprias e arrendadas. Percebe-se então que o que foi constatado por Andrade (1994) com relação a heterogeneidade do grupo de fornecedores na década de 1990 continua presente.

O terceiro ator relevante para a produção canavieira segundo Andrade (1994) é o Estado. Ao longo da história econômica do país o Estado atuou na produção agrícola em geral por meio de um

conjunto de mecanismos: a política comercial, o crédito rural, a garantia de preços mínimos, o seguro agropecuário, a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e a extensão rural, o uso de insumos modernos e a tributação do setor agropecuário. Segundo SHIMADA (2010) em Sergipe também ocorreram importantes favorecimentos do Estado a expansão da atividade canavieira no início do século XXI. Ela cita como exemplo o financiamento concedido para a usina de Campo Lindo localizada em Nossa Senhora das Dores-SE, cujo proprietário recebeu R\$ 120 milhões para dar vida ao empreendimento, e cerca de 80% foi financiado pelo Banco do Nordeste (BNB). No ano de 2008 Sergipe foi o único estado do Nordeste que ganhou novas usinas, a de Campo Lindo e a de Taquari localizada em Capela-SE. Além do financiamento para a instalação das usinas, estas também foram beneficiadas com isenção fiscal.

O último grupo, a força de trabalho, Andrade (1994) subdivide em três categorias: os que administravam as usinas, os operários industriais e os trabalhadores agrícolas. Os trabalhadores ligados a administração normalmente possuem nível superior, ligados a eles possuem os auxiliares de nível médio e os operários industriais, essas relações de trabalho entre a empresa e as equipes não possuem peculiaridades e por isso seguem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Os trabalhadores agrícolas foram deixados de fora da CLT e por isso ocorre luta dos trabalhadores com os patrões e também contra o Estado em busca dos direitos desses trabalhadores. Conforme o autor, na década de 1990 o mercado de trabalho na produção de cana era marcado por ameaças de greves e ocorria em certas localidades trabalho escravo ou semiescravo.

E essa realidade de precarização nas condições de trabalho na produção de cana ainda é uma realidade em várias partes do país, inclusive em Sergipe. O Ministério Público do Trabalho de Sergipe (MPT-SE) no ano de 2016 condenou a Fazenda de Cana de Açúcar Taquari e a Usina Agro Industrial Capela por utilizar trabalho em condições análogas à escravidão. Os cortadores de cana encontrados pela inspeção realizada pelo MPT-SE nos municípios de Capela e Neópolis eram trabalhadores de outros estados como Pernambuco e Alagoas vivendo em condições subumanas. Esses trabalhadores não tinham um alojamento adequado, dormiam no chão ou em colchões rasgados, não tinham acesso a água potável, geladeira, fogão e não foi fornecido aos trabalhadores os equipamentos de proteção para o trabalho do corte da cana, por conta disso muitos trabalhavam de chinelo, calçados inadequados e até mesmo descalço. (AQUI ACONTECE, 2016)

Sobre o perfil dos trabalhadores do corte da cana-de açúcar em Sergipe, Shimada (2009. p. 135-178) constata em pesquisa empírica que 75% dos entrevistados possuíam o corte da cana como

única renda. Com relação à escolaridade: 37% possuíam o fundamental incompleto, 19% não eram alfabetizados, 16% possuíam o ensino médio incompleto, 15% e 13% possuíam o nível médio e fundamental completos, respectivamente. No que diz respeito à faixa etária a maioria, 27 encontrava-se na faixa de 18-23, seguido por 21 na faixa de 23-29 e a representação cai pela metade nas faixas seguintes, chegando a 5 na faixa de acima de 43 anos.

Com relação ao pagamento do trabalhadores nos canaviais no Estado de Sergipe, é comum a prática do pagamento por produção, valor esse que já vem informado na carteira de trabalho, todavia existe uma Norma Brasileira de Ergonomia (NR-17 da Portaria 3214/78 Ministério do Trabalho e Emprego) que não admite pagamento por produção quando existem condições de risco a saúde dos trabalhadores, pois esse pagamento induz a ultrapassar os limites do corpo em busca de maiores ganhos; (SHIMADA, 2010)

Shimada (2010) chama atenção que no estado de Sergipe a expansão da cana ocorreu em plantação com terrenos irregulares, os tabuleiros, e com declives o que provoca uma maior degradação física dos cortadores de cana nesses locais; existe a problemática também de que cortar cana em lavouras que não foram queimadas resulta em maior perigo de picadas de animais peçonhentos, normalmente o corte nessas lavouras costuma ter um acréscimo no valor por ser mais perigoso.

No que tange ao perfil de trabalhadores encontrados em Ribeirão Preto-São Paulo; ocorre a força da mão de obra imigrante, trabalhadores jovens, com baixa escolaridade e longas jornadas de trabalho que duram das 7h às 16h com pausas para almoço e dois intervalos de 10 minutos durante os turnos da manhã e tarde. As usinas naquela região tem o hábito de transferir as despesas integrais com moradia para os trabalhadores por medo de multas dos agentes fiscalizadores e assim a possibilidade de encontrar melhores situações de moradia fica por conta do trabalhador. Percebe-se então uma relação de semelhança entre os cortadores de cana pelo Brasil, do nordeste ao sudeste o perfil é similar em suas características fundamentais; escolaridade, trabalhadores que possuem maior força física e jovens em sua maioria.

No que tange as condições de trabalho, em trabalho de Campo realizado em 2017, a retórica da usina é de que cumpria rigorosamente a legislação trabalhista, tanto quanto a jornada de trabalho quanto a oferta de condições apropriadas de segurança. Todavia, ao conversar com cortadores de cana, encontramos narrativas bem diferentes. Relatos como o de A³, 31 anos, sexo feminino e que

³ Por questão de anonimato e para não prejudicar os entrevistados, tendo em vista que alguns ainda trabalham em

trabalha em usina desde os 13 anos, informava que saia de casa por volta de 04 horas da madrugada para pegar o carro fornecido pela empresa, como esse passa por muitos povoados precisa passar muito cedo em certas localidades, e que chegava em casa às 23h em dias de muito trabalho e horas extras; essas horas extras entravam no salário de forma irregular, visto que no sistema de controle de ponto da empresa a trabalhadora batia o ponto às 17h, independentemente de ter terminado o serviço ou não. Outro relato é de B, 43 anos, sexo feminino esta dizia que levar atestado médico a usina não serve, perde o dia, e que se perder um dia de trabalho recebe uma suspensão de três dias; conta também que a água não era disponibilizada pela usina, que os trabalhadores não paravam para almoço e que não possuíam banheiro químico, era disponibilizado apenas uma lona que costumava voar pelo canavial. Esses relatos são fundamentais para a análise de como as relações de trabalho do campo ainda são tão precárias em alguns lugares. Evidentemente, que sendo um trabalho de campo pontual não se pode generalizar.

Um outro aspecto que chamou atenção no trabalho de campo foi a rotatividade deste trabalho. A maior parte dos trabalhadores são contratados pela usina nos meses de setembro e outubro e dispensados em março do ano seguinte, quando termina o período de corte. Na ocasião da visita a Usina estava com um total de 423 funcionários levando em conta que no período da visita técnica era entressafra a colheita já tinha acontecido. Na usina mesmo, continha cerca de 135 funcionários, o outro pessoal encontrava-se no campo. No período de safra esse número muda para 228 funcionários na indústria e em torno de 600 no campo.

Além da rotatividade esses trabalhadores enfrentam jornadas extenuantes e recebem baixos salários. Conforme Nascimento (2017, pg. 54) “Para usina um cortador de cana razoável corta quatro toneladas e meia por dia e, em média, sua remuneração fica entorno de 36,67 reais por dia”. Ao final do mês isso implicava no ano de 2017 em aproximadamente um salário mínimo nacional. A rotatividade implica em uma queda de renda tão grande nos municípios sergipanos que o governo de Sergipe tem um programa de transferência de renda que beneficia trabalhadores de produtos como cana e laranja, em que há essa sazonalidade do emprego. Trata-se do programa Mão-amiga, que no ano de 2017 distribuiu um benefício de R\$190,00 por mês, durante 4 meses de entressafra. Para cultura de cana-de-açúcar, os meses considerados de entressafra são: maio, junho, julho e agosto. Contudo, no programa somente paga um beneficiário de cada família, na qualidade de responsável familiar. E

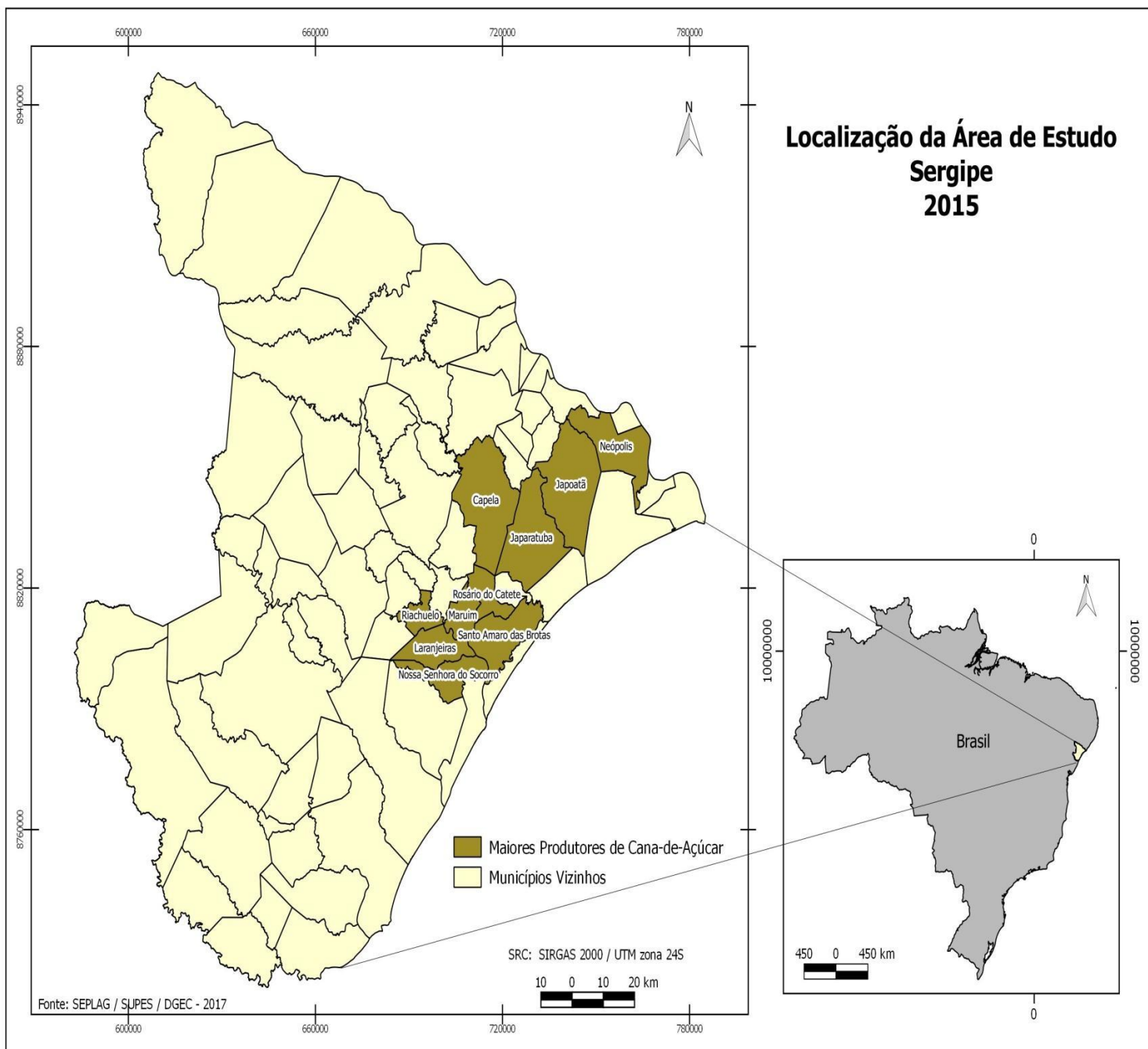
usinas, usaremos letras do alfabeto nesse caso A, B e C para identificar os trabalhadores.

em muitas famílias há mais de uma pessoa envolvida neste tipo de trabalho.

Retomando a caracterização dos agentes da produção canavieira realizada por Andrade (1994), em que ele aponta quatro grupos participantes desse processo: usineiro, fornecedores, trabalhadores e Estado. Iremos tratar sobre a produção canavieira no âmbito agrícola, destacando municípios com maior produção no estado e, portanto, fornecedores de cana para a indústria canavieira em Sergipe. Logo, trata-se de uma análise da produção agrícola de cana. No entanto, não será objetivo de análise a agroindustrialização dessa cultura.

O recorte espacial foi elaborado a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Foram extraídos e ranqueados os dados de produção de cana-de-açúcar dos municípios sergipanos, no ano de 2015. Os dez municípios que apresentaram maior produção naquele ano, foram: Japaratuba, Laranjeiras, Capela, Neópolis, Rosário do Catete, Nossa Senhora do Socorro, Japoatã, Riachuelo, Maruim e Santo Amaro das Brotas. A figura 1 mostra a localização do recorte espacial analisado neste artigo.

Figura 1 –Mapa de localização dos municípios principais produtores de cana-de-açúcar de Sergipe em 2015.



Fonte:SEPLAG/SUPES/DGEC, 2017.

A tabela 1 mostra o ranking dos municípios com maior produção agrícola de cana-de-açúcar, em 2015.

Tabela 1-Área colhida, quantidade produzida e produtividade nos municípios sergipanos - 2015.

<i>Municípios</i>	<i>2015</i>		
	<i>Área Plantada (ha)</i>	<i>Produção (to)</i>	<i>Produtividade (to/ha)</i>
Japaratuba	10.527	658.464	62.550
Laranjeiras	7.577	484.928	64.000
Capela	8.700	388.300	55.000
Neópolis	3.966	277.620	70.000
Rosário do Catete	3.795	222.882	61.400
Nossa Senhora do Socorro	2.624	158.720	62.000
Japoatã	3.440	157.213	45.701
Riachuelo	2.624	146.100	62.038
Maruim	2.248	139.376	62.000
Santo Amaro das Brotas	1.370	79.732	62.000
Sergipe	57.258	3.220.415	59.530

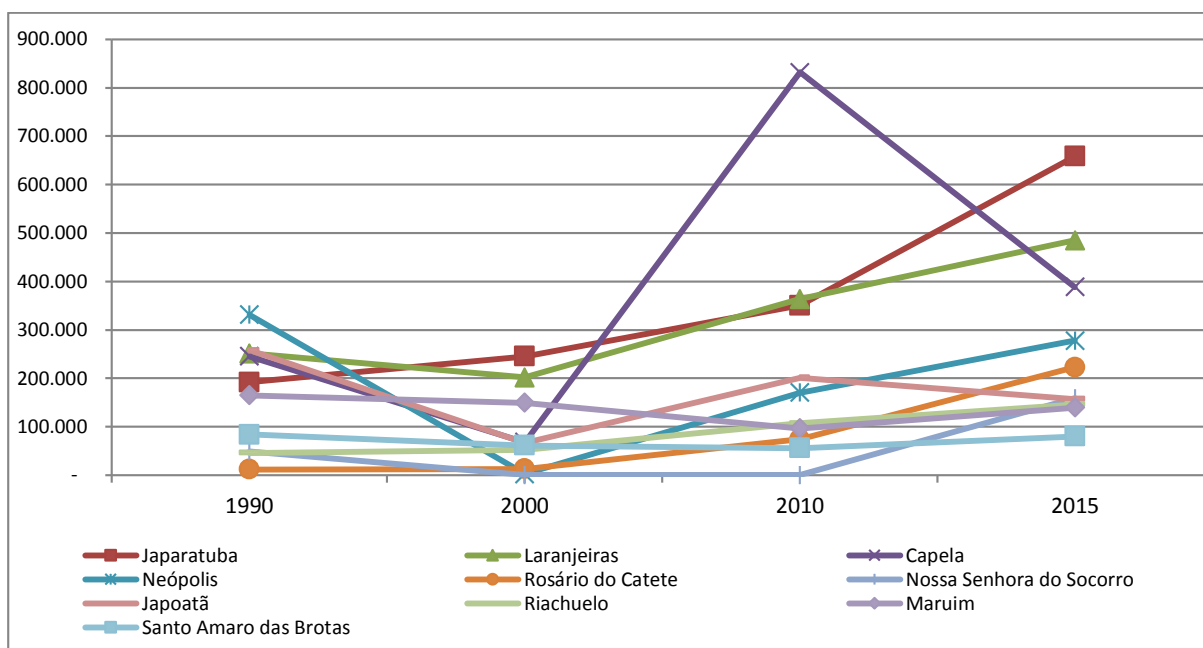
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIDRA IBGE (2015)

Quanto à área plantada os municípios que se destacaram foram Japaratuba com 18,4% da área plantada de cana em Sergipe, em 2015. Seguido dos seguintes municípios: Capela (15,2%), Laranjeiras (13,2%), Neópolis (6,9%), Rosário do Catete (6,6%) Japoatã (6,0%), Nossa Senhora do Socorro e Riachuelo (4,6% cada), Maruim (3,9%) e Santo Amaro das Brotas (2,4%).

No que tange à produtividade, o município que se destaca em 2015 é Neópolis, com 70.000 toneladas por hectares. Seguido dos seguintes municípios: Laranjeiras, Japaratuba, Riachuelo, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas.

O gráfico 1 mostra a evolução da produção dos dez municípios com maior quantidade produzida no período de 1990 a 2015.

Gráfico 1 - Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar em Sergipe 1990 - 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA IBGE (2015)

Observa-se que, em, 2015, os municípios que concentraram a produção foram: Japarutuba (20,4%), Laranjeiras (15,1%), Capela (12,1%), Neópolis (8,6%), Rosário do Catete (6,9%), Nossa Senhora do Socorro e Japoatã (4,9% cada), Riachuelo (4,5%), Maruim (4,3%) e Santo Amaro das Brotas (2,5%).

Analisando-se esse ranking se constata que a dinâmica contemporânea da cana de açúcar em Sergipe é marcada por mudanças no espaço canavieiro do estado, uma vez que além de se expandir a área plantada em municípios tradicionalmente produtores de cana, como Laranjeiras, em que essa atividade domina o uso da terra desde o período colonial, a partir do século XXI, ocorre uma expansão da área de cana em municípios que não eram produtores como Nossa Senhora do Socorro, na região metropolitana, e Neópolis na região do Baixo São Francisco. Este último praticamente havia acabado com as plantações de cana e nos anos 2000 este produto passa a dominar a área agrícola municipal.

Com relação a atividade canavieira no Brasil, o ano de 2000 representou um novo ciclo de expansão da cana de açúcar com o surgimento do carro flex-fuel que usa tanto gasolina quanto o álcool. Em termos geográficos a produção segue cada vez mais concentrada. São Paulo detinha 60%

da produção nacional no início dos anos 2000. Na safra de 2010/11 o centro sul do país era responsável por 80% das unidades agroindustriais de cana. Com o uso de novas inovações referentes aos setores biológicos, químicos, mecânicos e dentre outros, a produção de cana passa a ter uma alta produtividade, principalmente na região centro sul do país.

O aumento da produtividade a partir de inovações químicas se dão no campo da atualização dos fertilizantes e defensivos; as mecânicas através dos veículos utilizados, dentre eles tratores, colheitadeiras, plantadeiras e etc, esses instrumentos mecânicos reduziram o tempo de trabalho na lavoura. O Sistema de Informações Geográficas (SIG) e de rastreamento via satélite representou uma revolução nas operações das lavouras e fábricas agrícolas, pois com o auxílio do GPS, Sistema de Posicionamento Global são enviados aos agricultores informações precisas sobre a propriedade e dessa forma é introduzida a agricultura de precisão na agricultura brasileira.

É importante ressaltar que ocorrem diferenciações nas estruturas produtivas entre aqueles que possuem ou não possuem capital e também dentre os que não foram preparadas para realizar tais atividades mais mecanizadas, tecnológicas. O que pode ser percebido é que há grandes diferenças entre os estados produtores do centro sul (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná) que em 2010 possuíam produtividade acima de 75 kg por hectare, ao passo que em Alagoas a produtividade era de 56,06 e a média nacional era de 59,24 kg por hectare. Isso mostra que as inovações ainda estão concentradas nos grandes produtores da região centro sul e maiores detentores de capital canavieiro do país. (BINI; SILVA, 2012, p. 3)

Contudo, no âmbito nacional vem predominando a tendência de expansão da produção alicerçada no crescimento da área e isso deve permanecer nos próximos anos. Segundo projeções do Ministério da Agricultura (2016, apud CAMPOS et al, 2017, pg 13) "A área de soja deve aumentar 10,0 milhões de hectares nos próximos 10 anos, chegando em 2026 a 43,2 milhões de hectares. É a lavoura que mais deve expandir a área na próxima década, seguida pela cana-de-açúcar com cerca de 1,9 milhão de hectares adicionais". E nesse mesmo período a produtividade deve permanecer estagnada. Conforme as autoras, como o aumento de área ocorre por meio da substituição de outros produtos e pela expansão sobre novas áreas o aumento da área dessas grandes monoculturas implicará no acirramento dos conflitos agrários.

2.1 Indicadores socioeconômicos dos dez municípios maiores produtores de cana-de-açúcar em Sergipe.

A evolução do PIB per capita dos dez municípios com maior produção de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2010, a partir dos dados do DATASUS, informa que em 2010, os municípios com PIB per capita superior ao do Estado de Sergipe (11.572,51) eram: Rosário do Catete (44.247,29), Laranjeiras (35.711,42), Japaratuba (20.410,12), Capela (12.487,68), Riachuelo (12.123,55). Os abaixo do nível estadual foram, Nossa Senhora do Socorro (11.222,43), Maruim (10.331,66), Neópolis (7.810,80), Japoatã (7.258,00) e Santo Amaro das Brotas (6.195,85).

No que se refere a dinâmica demográfica analisada, os municípios de Laranjeiras, Neópolis, Rosário do Catete, Socorro, Maruim e Santo Amaro apresentaram predominância de população urbana. Porém, entre 2000 e 2010, alguns destes municípios tiveram um crescimento maior de população rural que de urbana. No conjunto dos municípios pesquisados poucos tiveram queda de população rural, pelo contrário, nestes locais se confirmou o que tem ocorrido no estado, que é de aumento da população rural em números absolutos e as vezes relativo, diferente do que se verifica numa escala nacional. Os motivos desse comportamento demográfico não puderam ser aqui analisados, mas podem estar associados ao processo contraditório de avanço do capital no campo, analisado por Oliveira (2014) marcado tanto pela expansão de grandes grupos capitalistas quanto pela expansão da agricultura camponesa.

Referente ao mercado de trabalho, em todos os municípios o número de pessoas sem rendimento prevaleceu. No entanto, os empregos com carteira assinada cresceram, com destaque para Capela com 156,9%. No entanto, seis desses municípios obtiveram evolução em empregos informais, são eles: Japaratuba (11,9%), Rosário (8,5%), Japoatã (0,6%), Socorro (31,7%), Riachuelo (41,2%) e Santo Amaro (1,5%). Porém, Japaratuba, Laranjeiras, Neópolis e Maruim, apresentaram redução da informalidade de 9,6%, 12,1%, 18,2% e 4,5%, respectivamente. Isso revela a manutenção da situação contraditória constatada por Andrade (1994) entre a modernidade e o atraso nos espaços dominados pela cana.

No tocante à produção de cana-de-açúcar, em todos os municípios a cana-de-açúcar representa mais de 90% da produção agrícola municipal e mais de 80% da área agrícola. Dentre os dez municípios, nove apresentaram evolução tanto na área quanto na produção. Apenas Maruim, que apesar de ter crescido em área plantada (7,0%), a produção caiu em 6,5%, entre 2000 e 2010. Porém, a produtividade em sete desses municípios caiu, são eles: Japaratuba (10,6%), Japoatã(23,8%),

Laranjeiras(11,1%), Maruim(12,7%), Socorro (23,8%), Rosário (12,3%), Riachuelo (12,6%) e Santo Amaro das Brotas (13,9%). Apenas em Capela e Neópolis, a produtividade aumentou em 37,5% e 66,7%, respectivamente. Mas mesmo nestes dois, o aumento da área foi muito superior ao incremento da produtividade.

Algumas considerações

O objetivo do trabalho foi analisar a dinâmica da recente expansão canavieira em Sergipe, buscando não somente descrever a forma como ocorre esse processo de crescimento da produção, mas também verificar se os indicadores socioeconômicos dos principais municípios produtores, alicerçado em um debate teórico sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, por meio da modernização da agricultura e do agronegócio.

Evidenciou-se na pesquisa a dinâmica contraditória da acumulação capitalista no espaço agrário, marcada pelo grande avanço das forças produtivas, e, simultaneamente, pela manutenção de formas antigas de propriedade fundiária e de relações de trabalho.

No que se refere à produção canavieira em Sergipe os dados evidenciaram que em todos os municípios pesquisado a expansão foi motivada mais pelo aumento da área plantada do que da produtividade, seguindo a tendência do que ocorre como a produção de cana no país. Revela-se, assim, a lógica contraditória do agronegócio que se apresenta como setor altamente produtivo mas em vários segmentos, particularmente nos que ocupam maior área no país que são soja e cana, predominam a forma expansionista de crescimento da produção (SÁ, 2017).

Tanto a forma expansionista de aumento da produção como as relações de trabalho análogas à escravidão, que ainda são encontradas em vários estados brasileiros inclusive em Sergipe, evidenciam que o desenvolvimento econômico na perspectiva furtadiana deste conceito se constitui efetivamente como um mito no espaço agrário brasileiro.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: UNESP, 1994.

AQUI ACONTECE, **Trabalhadores alagoanos são encontrados em condições de escravidão em Capela/SE.** Blog de Notícias, Aracaju-SE, 2014.<http://aquiacontece.com.br/noticia/2014/09/26/trabalhadoresalagoanossaoencontradossemcondicoesdeescravidaoemcapelase> acesso em 07-04-2016.

BINI, Danton Leonel de Camargo; SILVA, Silmara Bernadino. **Desencadeamentos modernizantes na cadeia produtiva de cana de açúcar nos anos 2000.** São Paulo, Análises e indicadores do agronegócio, 2012

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio - trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS.** Outras Expressões/Clacso, Buenos Aires, 2011.

CAMPOS, Christiane; CAMPOS, Rosana; CASTILHOS, Clarisse. **Democracia, Capitalismo e Agronegócio - uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio no Brasil.** Anais do XXII Encontro Nacional de Economia Política – ENEP, Campinas, SP, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio.** Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 23ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1989.

_____, **Teoria e política do desenvolvimento econômico,** 10ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 2.000.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectiva no início do século XXI. In MARQUES, Marta Inez e OLIVEIRA, Ariovaldo. **O campo no século XXI.** Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, Micliane. **Agronegócio da cana-de-açúcar em Capela-SE: uma análise dos impactos socioeconômicos desta atividade no município.** Monografia de graduação em Ciências Econômicas. UFS, 2017.

ROSA, Leandro Amorim; NAVARRO, Vera Lucia. **Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto-(SP).** São Paulo, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014.

SÁ, Hellen Alves. **Amargo açúcar – uma análise da expansão do agronegócio da cana de açúcar**

em Sergipe numa perspectiva furtadiana. Monografia de graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SÁ, Hellen; MORAIS, Letícia; CAMPOS, Christiane. **Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana.** Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia, 2015, Curitiba PR.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”.** São Cristóvão, 2010.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.